A zona franca de Manaus e as propostas de novas estratégias mutualísticas entre empresas e o meio ambiente

Autor(es): Jorge, Clarisse Stephan; Martins, Andréia de Mello

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39770>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-2_11

Accessed : 26-Apr-2023 06:31:16

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo II

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

A ZONA FRANCA DE MANAUS E AS PROPOSTAS DE NOVAS ESTRATÉGIAS MUTUALÍSTICAS ENTRE EMPRESAS E O MEIO AMBIENTE

Introdução

A ideia de um Estado absenteísta, prevalente até as primeiras décadas do século passado, foi sendo gradativamente substituída pela construção simbólica e material de um Estado interventivo. As crises e guerras experimentadas ao longo do século XX justificaram o aumento do espectro de obrigações do Estado, que se expandiu. A atuação estatal, antes reduzida à garantia de segurança política, manutenção da ordem e do território, passou a ser exercida também por meio de uma intervenção econômica que permitia ao estado, agora social e democrático de direito, o cumprimento de determinadas funções, tidas como necessárias à sua própria manutenção. Isso pressupõe o que pressupunha, a sua vez, a prestação de serviços à população ¹ (o povo, elemento componente da

¹ O Estado constitucional democrático se fundamenta na ideia de ser “uma ordem desejada pelo povo e legitimada pela sua livre formação de opinião e de vontade, que permite aos que são endereçados pela justiça sentirem-se como seus autores” (HABERMAS, 2001, p. 80). Assim, justifica-se o intervencionismo do Estado baseando-se na ideia de que este deve possibilitar a igual fruição dos direitos civis entre seus membros. Este intervencionismo do Estado social é baseado na própria Constituição, que,

tríade território-povo-soberania, que garante a um país ou nação a condição de Estado).

Assim, especialmente a partir dos anos 30

“a necessidade de uma ‘ação inteligentemente coordenada’ para assegurar a utilização mais correta do aforro nacional, a necessidade de ‘uma ampla expansão das funções tradicionais do estado’, a necessidade da ‘existência de órgãos centrais de direção’ e de certa *socialização do investimento*, nota fundamental do pensamento keynesiano”,

formaram o *leitmotiv* para justificar uma melhor distribuição da riqueza “pelos canais nacionais mais produtivos”. Além disso, argumentava-se que “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados” e “não pode ser conveniente abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento” (AVELÃS NUNES, 2007, p. 587).

Para o cumprimento das novas funções do Estado, fez-se necessária a realização de despesas e a consequente obtenção de receitas, o que obrigou o mesmo a desenvolver uma função econômica, fixando metas e escolhendo meios para realizá-las. Essa função materializou-se, precipuamente, por meio da regulamentação jurídica da atividade econômica, pela elaboração de planos reguladores da economia e pela produção de bens e serviços para satisfazer necessidades coletivas ou para serem comercializados, gerando, assim, receitas para o Estado.

Eros GRAU (1981) entende que a atuação do Estado no domínio econômico pode se dar de forma direta ou indireta.

teoricamente, expande a autolegislação democrática dos cidadãos. Numa outra leitura, conforme Boaventura de Sousa SANTOS (2001), a regulação social nas sociedades capitalistas modernas assenta-se em três pilares: Estado, mercado e comunidade. Entretanto, a forma como ocorre a articulação entre essas três instâncias, varia sobremaneira temporo-espacialmente, a depender da política macroeconômica aplicada.

No Brasil, a atuação direta dá-se de forma excepcional, por meio das empresas estatais (Constituição da República Federativa do Brasil — CRFB —, 1988, art. 173). Na modalidade de intervenção indireta (CRFB, 1988, art. 174), o Estado atua, por direção ou indução, coordenando a atividade dos agentes econômicos: na atuação por direção, normas ambientais ou laborais, de caráter sancionatório, por exemplo, são editadas, obrigando o seu cumprimento por empresas; na modalidade indutiva, normas de caráter premial são promulgadas com o intuito de fazer com que os agentes econômicos tenham uma atuação mais próxima daquilo que é desejado pelo Estado a título de externalidades positivas. Não são normas coercitivas, mas garantem benesses (patrimoniais, em geral) advindas de benefícios tributários ou inversões diretas de divisas aos agentes econômicos que pautam seu comportamento pelas políticas propostas pelo governo.

Seguindo essa categorização, a Zona Franca baseia-se em uma intervenção por indução, em que o Estado concede incentivos aos agentes a fim de que esses se fixem em determinadas áreas e nelas mantenham práticas que se coadunem com os objetivos perseguidos pelas políticas do governo, sempre pautadas pela Constituição da República Federativa do Brasil. Dentre os objetivos dispostos na CRFB, em seu Título da “Ordem Econômica e Social” tem-se como princípios, entre outros, a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” e “a redução das desigualdades regionais e sociais” (art. 170.º, inc. VI) ². Esses objetivos,

² A proteção ambiental na sua expressão protetiva no Brasil poderia ser bem resumida da seguinte forma:

“O objeto de tutela jurídica não é tanto o meio ambiente considerado nos seus elementos constitutivos. O que o direito visa proteger é a qualidade do meio ambiente em função da qualidade

associados ao direito a um meio ambiente sadio, compõem uma das bases para a proposta de uma das mudanças de paradigma da exploração econômica na Amazônia ³.

A Zona Franca é um modelo de desenvolvimento elaborado para estimular o comércio e acelerar o desenvolvimento industrial de uma determinada região, diminuindo as assimetrias econômicas num país. Dessa forma, uma das estratégias para aumentar a ocupação adequada do Estado, sem ampliar a pressão sobre a floresta, foi a delimitação e a definição de locais a serem beneficiados com incentivos fiscais e com tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Assim, seria possível não apenas desenvolver o comércio na Amazônia como também proteger o território. No Brasil, a Zona Franca foi estabelecida em Manaus, capital do Estado do Amazonas, com o objetivo de garantir a soberania nacional ⁴ e evitar o

de vida. Pode-se dizer que há dois objetos de tutela, no caso: um imediato, que é a qualidade do meio ambiente, e outro mediato, que é a saúde, o bem-estar e a segurança da população, que se vêm sintetizando na expressão qualidade de vida” (SILVA, 2006, p. (835).

³ A Floresta Amazônica, localizada na região norte da América do Sul, ocupa, só no Brasil, mais de 61% do território nacional. Incluindo as áreas de todos os países que abarca (Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa), a Amazônia Continental reveste 40% dos seus territórios. Já os estados federativos que fazem parte da Amazônia Legal (termo criado pelo Governo Federal Brasileiro com objetivo de desenvolvimento da região) correspondem a 60% do território nacional, sendo esses: Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Maranhão e parte do Mato Grosso. Ainda de acordo com a legislação da Amazônia Legal, os estados que compoem a Amazônia Ocidental são: Amazonas, Acre e Rondônia e Roraima. A Amazônia Oriental, por sua vez, é formada pelo Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA /sd).

⁴ O Estado do Amazonas faz fronteira com três países: Venezuela, Colômbia, Peru.

desmatamento, por meio do estímulo à circulação de bens e serviços em lugares estratégicos.

1. A Zona Franca de Manaus e sua estratégia de desenvolvimento

As enormes dimensões do Brasil permitem uma variedade de realidades, que ganham especial multiplicidade com as características econômicas, sociais, culturais e simbólicas de cada região. Estas, por sua vez, são diretamente influenciadas pelas políticas públicas dos governos municipais, estaduais e federal, que alteram realidades, principalmente quando associadas a iniciativas privadas de índole econômica.

As ações do Poder Público Federal tendem a desenvolver políticas públicas de integração nacional, que influenciam o cotidiano e as relações econômicas dos espaços. Um exemplo significativo foi a busca pela integração produtiva da Amazônia, em 1957, com o intuito de desenvolver na região um polo produtivo que também garantisse a soberania brasileira sobre suas fronteiras.

Naquele momento, a estratégia adotada foi a criação de um Porto Livre, que se configurou por meio da Lei Federal n.º 3.173, de 06 de junho de 1957. Dez anos depois, já no período de Ditadura Militar, e inspirado em modelos estrangeiros, o Brasil adotou a proposta de criação de uma Zona Franca ⁵. Assim, a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi cons-

⁵ A Zona Franca possui inserção em diversos países, tais como Argentina, Coréia do Sul, Chile, China, Emirados Árabes, Espanha, Portugal e França, e é estabelecida como uma estratégia de desenvolvimento de certas regiões, bem como para estimular trocas comerciais. Em geral essas áreas são criadas em regiões isoladas ou situadas em portos e arredores; no caso do Brasil a região escolhida para instalação da Zona Franca foi Manaus, município localizado próximo ao “coração”

tituída por meio do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, que ampliou a legislação e reformulou o modelo existente de Porto Livre, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário no Amazonas. No entanto, visando ampliar a proteção das fronteiras brasileiras na Amazônia, em 15 de agosto de 1968, o Governo Federal estendeu para toda a Amazônia Ocidental, por meio do Decreto-Lei n.º 356, os incentivos fiscais concedidos. Assim, a Zona Franca passou a incorporar todos os estados da Amazônia Ocidental, nele envolvidos o Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, tendo agregado posteriormente o Amapá, pertencente à Amazônia Oriental (SUFRAMA/MDIC, 2008).

Merece destaque ainda a inserção do Brasil no MERCOSUL: conforme vem sendo tratado nas reuniões dos países envolvidos, há acordo para a não criação de novos mecanismos que criem áreas com benefícios fiscais, com vistas a evitar o surgimento de disparidades de acordo com os termos do bloco. A Decisão do Conselho do Mercado Comum n.º 31, de 29 de junho de 2000, proíbe, a partir de 1.º de janeiro de 2001, a aplicação unilateral de regimes aduaneiros especiais de importação que não se encontrassem vigentes em 30 de junho de 2000, com exceção de enclaves destinados à produção de bens com vistas à sua exportação, similares aos das ZPEs ⁶. Logo, novas áreas de incentivo fiscal para tratar

da Amazônia Ocidental, capital do estado do Amazonas (SUFRAMA/MDIC, 2008).

⁶ De acordo com o art. 1.º e parágrafo único da Lei n.º 11.508, de 20 de julho de 2007, as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são áreas sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei,

“com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica

de comércio internacional não deveriam ser instituídas, visto que poderiam gerar assimetrias e comprometer o processo de integração do bloco (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2014).

Apesar disso, em julho de 2014, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 83/2014, que prorrogou os incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus até o ano de 2073. A decisão foi acrescida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CRFB por meio do artigo 92-A.

Outra novidade foi a incorporação de sete Áreas de Livre Comércio (ALCs), criadas em municípios dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, com o objetivo de promover o desenvolvimento destes, bem como reforçar as fronteiras internacionais na Amazônia, integrando-as ao restante do país. Esse modelo de desenvolvimento regional se baseia numa estratégia de Estado, na qual o governo define uma área onde as mercadorias nacionais ou estrangeiras ficam sujeitas a tarifas alfandegárias especiais. Nesses locais, há um estímulo à implantação de empresas e indústrias, com os impostos abaixo dos valores normais para a comercialização, além de outros subsídios para investimentos produtivos ao capital financeiro.

Nas Áreas de Livre Comércio, os benefícios tributários são semelhantes à ZFM apenas quanto ao aspecto comercial, que é o foco desse tipo de área. As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às ALCs são destinadas, exclusiva e obrigatoriamente, às empresas nelas estabelecidas e autorizadas

e o desenvolvimento econômico e social do País. Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro” (BRASIL, 2007).

a operar. Já as mercadorias estrangeiras destinadas à estocagem para comercialização no mercado externo ou à internação para o restante do território nacional deverão ser depositadas em entreposto autorizado a operar na Área de Livre Comércio. Somente será autorizada a exportação ou reexportação para o mercado externo ou, ainda, a internação para o restante do território nacional, de mercadorias estrangeiras que cumpram os requisitos previstos em lei, enquanto a entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio far-se-á com suspensão do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Trata-se de uma série de isenções, com base no art. 175 do Código Tributário Nacional (CTN) brasileiro, segundo o qual estas se configurariam como exclusão do crédito tributário, que pode ser restrita a determinadas regiões do território da entidade tributante, em função das condições peculiares, como no caso das isenções previstas para a Amazônia Ocidental. Esses benefícios são considerados formas de desonerações tributárias ⁷, que podem se configurar por meio de presunções creditícias, isenções, anistias, reduções de alíquotas, deduções ou abatimentos, e adiamentos de obrigações de natureza tributária ⁸. Essa previsão legal foi recepcionada pela

⁷ Segundo dados do Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária 2011, elaborado pela Receita Federal do Brasil, tais desonerações podem servir para: “simplificar ou diminuir os custos da administração; promover a equidade; corrigir desvios, compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo Governo; compensar ações complementares às funções típicas do Estado desenvolvidas por entidades civis; promover a equalização das rendas entre regiões; e, incentivar determinado setor da economia” (GAMA, 2010).

⁸ O art. 150, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, dispõe sobre as “Limitações do Poder de Tributar”, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades, serviços ou renda uns dos outros. Tais limitações podem se configurar em

Constituição Federal, no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que determinou também que “somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus”⁹.

isenções, imunidades e anistias. O ponto em comum aos institutos é o fato de não autorizarem o surgimento da obrigação tributária, apresentando, contudo, natureza jurídica distinta. Esse expediente, chamado

“renúncia tributária, enquanto forma de intervenção do Estado na ordem econômica, se processa por meio da concessão de incentivos fiscais. Esses incentivos fiscais (renúncias) se dão através das isenções, deduções, anistias, remissões. É através dos incentivos fiscais que o Poder Público procura alcançar três objetivos básicos: 1) estabelecer um modelo de desenvolvimento nacional visando ao fortalecimento da economia; 2) estabelecer um modelo de desenvolvimento regional com os propósitos de integração nacional e recuperação econômica regional; 3) estabelecer uma política de desenvolvimento setorial, em face de algumas peculiaridades que justificam tratamentos especiais para alguns setores básicos da economia. Assim, a renúncia tributária é um dos mecanismos de intervenção do Estado na ordem econômica, consideradas essenciais à concretização dos fundamentos do Estado e de seus objetivos fundamentais. Este é o custo das renúncias tributárias federais (incluindo-se apenas as isenções), representadas pela perda de receita pública. Em contrapartida, espera-se que as atividades incentivadas contribuam para o aumento da receita pública, em montante superior à renúncia tributária e que os incentivos concedidos tragam crescimento econômico e minimizem as desigualdades regionais” (RAYES, 2014).

⁹ Segundo dados da SUFRAMA, em âmbito federal são objetos de renúncia os seguintes impostos: isenção do Imposto de Importação de Produtos Estrangeiros (II) — arts. 3.º e 9.º do Decreto Lei n.º 288/67 — para produtos importados destinados ao consumo na ZFM e redução de até 88% do II sobre os insumos destinados à industrialização; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — arts. 3.º e 9.º do D.L. N.º 288/67 — para produtos destinados ao consumo ou industrialização

No Estado do Amazonas, a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, estabelecida de acordo com os termos da Constituição do Estado, está disposta na Lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, com regulamento pelo Decreto n.º 23.994, de dezembro de 2003. Referida política equivale a um edital público, com base no qual o Estado oferece um conjunto de vantagens fiscais às empresas interessadas em fazer jus a esses incentivos. Essas, por sua vez, devem se habilitar junto ao Poder Público para a implementação do projeto.

A habilitação pelo Poder Público é realizada a partir de um projeto de viabilidade técnico-econômica, com o qual a empresa adere ao contrato oferecido pelo Estado. Logo, não

na ZFM; redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), inclusive sobre adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013; isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona Franca, levando em consideração atividades não pecuárias; restituição parcial ou total do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), variando entre 55% a 100%, dependendo do projeto. Em âmbito estadual, o incentivo é vinculado ao crédito do ICMS concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas aos produtos oriundos de outros Estados brasileiros, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca não fosse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro (art. 49, item I, do D.L. n.º 288/67). Em âmbito municipal, os incentivos concedidos são: isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para as empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade — mantendo este número durante o gozo do benefício; e isenção ou redução do Imposto sobre Serviço de Qualquer natureza (ISS) para empresas prestadoras de serviços com projetos aprovados pela Prefeitura Municipal de Manaus (SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS — SUFRAMA, 2014).

pode o Poder Público alterar a legislação de incentivos para projetos já aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM), a não ser que haja expressa adesão dessas empresas à nova legislação ofertada em substituição à anteriormente vigente. Para que o projeto seja analisado, é necessária ainda a obtenção da licença prévia ambiental do órgão responsável. Obtidas as licenças ambientais, a Secretaria de Planejamento do estado poderá analisar e se manifestar sobre a viabilidade técnico-econômica do projeto.

A lei estadual 2.826/2003 dispõe, em seu artigo 2.º, que

“os incentivos fiscais destinados às empresas industriais e agroindustriais constituem-se em crédito estímulo, diferimento, isenção, redução de base de cálculo e crédito fiscal presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação — ICMS”¹⁰.

¹⁰ Segundo as informações constantes na “Apostila de Legislação Fiscal do Estado do Amazonas”, o “crédito estímulo é uma devolução do imposto apurado normalmente pela diferença entre os débitos e créditos decorrentes das operações realizadas no período.” As isenções fiscais, por sua vez, podem ocorrer por meio de diferimento, ou seja,

“adiamento da exigência da arrecadação do imposto por conveniência do Ente Tributante, que pode transferir o momento da arrecadação para outro evento econômico ou transferir a responsabilidade do pagamento a terceiros, ou (...) transferir tanto a fase econômica como a responsabilidade a terceiros pelo pagamento do tributo; (...) isenção no ICMS, que deve ser regulamentada por Convênio celebrado no âmbito do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), com aprovação unânime de todos os Estados-membros e do Distrito Federal — a exceção autorizada são as isenções concedidas pelo Estrado do Amazonas, quando concede isenção exclusivamente para as indústrias sediadas na área da Zona Franca de Manaus, dentro de seu programa de incentivos fiscais; crédito presumido de regionalização — uma tentativa de equalização

A lei estabelece, ainda, que os incentivos fiscais devem guardar obediência a alguns princípios, dentre os quais a reciprocidade, que se manifesta por uma contrapartida a ser oferecida pela beneficiária, expressa em salários, encargos e benefícios sociais locais ¹¹.

Para os investimentos de contrapartida foi criado um fundo específico, o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas (FTI), em favor do qual as empresas incentivadas teriam a obrigatoriedade de proceder ao recolhimento de um por cento do faturamento bruto decorrente das atividades beneficiadas pela lei ora analisada, além de dois por cento calculados sobre o valor CIF (*Cost, Insurance and Freight*) das importações realizadas pelas indústrias de bens finais. Além disso, a Lei n.º 2.721, de 02 de abril de 2002, criou um fundo adicional para a Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

do custo tributário na aquisição de componentes pelas indústrias de bens de consumo final se comparado ao custo tributário da aquisição desses insumos quando originários das regiões Sul e Sudeste do Brasil (...); e redução da base de cálculo do ICMS, que se dá da seguinte forma: aquisição de insumos do exterior aplicado a dois segmentos industriais específicos: placa de circuito impresso de áudio e vídeo e de bens de capital” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014, pp. 8-9).

¹¹ “Art. 2.º, Parágrafo único. Os incentivos fiscais devem guardar obediência aos seguintes princípios: I — reciprocidade — contrapartida a ser oferecida pela beneficiária, expressa em salários, encargos e benefícios sociais locais, definidos nos arts. 8.º e 212, da Constituição do Estado do Amazonas; II — transitoriedade — condição ou caráter de prazo certo que devem ter os incentivos; III — regressividade — condição necessária à retirada dos incentivos num processo gradual; IV — gradualidade — concessão diferenciada dos incentivos de acordo com prioridades estabelecidas” (BRASIL, 2003).

e modificou critérios de regressividade para as indústrias beneficiadas pelas normas em vigor.

Desta forma, novos modelos de incentivos financeiros vêm sendo pensados com vistas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental das áreas diretamente afetadas pela exploração dos recursos naturais na Amazônia. Esses mecanismos podem advir do redirecionamento de créditos existentes, bem como ser parte de uma política de responsabilidade social das empresas e/ou, ainda, compor novos mecanismos de financiamento para a manutenção de áreas protegidas.

2. Responsabilidade social de empresas: a ampliação do conceito para as empresas localizadas na Zona Franca de Manaus

A constituição de uma Zona Franca na cidade de Manaus obriga a se pensar no potencial desse instituto para além da defesa das fronteiras nacionais e do incremento produtivo potencial trazido para o entorno. A Amazônia brasileira apresenta um cenário de muitos interesses e disputas, internas e externas: ao mesmo tempo em que o discurso ambiental ganha espaço com a contínua formação de áreas protegidas, grandes empresas se instalam na região com o objetivo de se valerem dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais a eles associados. Esses conflitos de interesse evidenciam a necessidade de uma maior regulamentação do Estado a fim de disciplinar a atuação das empresas, tanto no regramento de sua atividade fim, quanto com vistas a minorar a geração de externalidades negativas e promover a geração de outras, positivas, entre as quais se inserem as ações realizadas pelas políticas de responsabilidade social empresarial (RSE).

O termo responsabilidade se vincula à prestação de contas: partindo-se do pressuposto que a empresa é uma organização destinada precipuamente a garantir a lucratividade aos

seus acionistas (*shareholders*), a visão tradicional de responsabilidade dentro do ambiente corporativo encerrava a ideia da prestação de contas a estes por parte do seu administrador. Essa perspectiva, todavia, não mais satisfaz a noção contemporânea de responsabilidade social dentro das empresas, pois que estas se relacionam com outras instituições e com diversos públicos — chamados partes interessadas (*stakeholders*) — que não necessariamente participam das decisões e da repartição de receitas da empresa, mas que são afetados pelas externalidades geradas pelas mesmas ¹².

Segundo CORTINA (2003, pp. 28-31), algumas razões vieram avalizar o nascimento de uma renovada ética empresarial, que culminou na nova roupagem da RSE: 1. A necessidade de se criar *capital social*; 2. A emergência das éticas aplicadas a diferentes esferas do conhecimento; 3. As mudanças ocorridas na concepção da empresa ¹³, onde valores não

¹² O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, principal instituto brasileiro promotor de políticas que objetivam a responsabilidade social empresarial, define a reponsabilidade social empresarial como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. A responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz (INSTITUTO ETHOS, 2012).

¹³ A chamada “teoria da empresa”, corrente que estruturou o novo direito empresarial desde a promulgação do Código Civil Brasileiro de 2002 — em verdade, uma releitura da “teoria dos perfis poliédricos da empresa” elaborada na Itália, em 1942, por Alberto ASQUINI — confere

apenas econômicos passaram a ser considerados; 4. A maturação dos mercados, impondo às empresas atenção às demandas dos consumidores; 5. A mudança na consciência coletiva, partilhada por uma sociedade pluralista, sobre os termos do desenvolvimento.

Dessa forma, as práticas de responsabilidade social empresarial ¹⁴ passaram a objetivar a construção de uma

ao termo uma diversidade de perfis ou acepções. Esses seriam o perfil subjetivo, segundo o qual a empresa se identificaria com o empresário ou sociedade empresária; o perfil funcional, identificando-se com a atividade empresarial, onde a empresa “seria aquela particular força em movimento que é a atividade empresarial dirigida a um determinado escopo produtivo”; o perfil objetivo ou patrimonial, onde a empresa é considerada como um conjunto de bens, um patrimônio afetado a uma finalidade específica e ainda, o perfil corporativo, que expressaria uma especial organização de pessoas, formada pelo empresário, por seus prestadores de serviços e seus colaboradores, compondo um núcleo organizado em função de um fim econômico comum (FRANCO, 2003, pp. 27-33). Essa última dimensão, corporativa, engendra a ideia da empresa enquanto instituição, como uma realidade social e econômica, e, portanto, por demais complexas para generalizações. Ainda pode-se entender a empresa como um feixe de contratos (COASE, 1937), ou seja, uma instituição que se relaciona com variados públicos e setores.

¹⁴ Há diversos indicadores para mensurar as práticas de responsabilidade social empresarial. Para ARAÚJO, SOUSA e MENDONÇA (2006), os indicadores da RSE são aqueles que demonstram uma “sustentabilidade” na condução de sua atividade, e seriam aferidos a partir do uso racional das fontes renováveis e da eficiência energética e hídrica; dos investimentos na manutenção de um habitat natural e na conformidade às normas ambientais — que seria mensurada pelo número de autuações por violações a essas no controle/tratamento de emissões de gases, efluentes e resíduos sólidos; na análise dos contratos com os fornecedores — que iriam desde a aquisição de matérias-primas ambientalmente corretas e um uso racional dessas — às cláusulas contratuais que envolvessem questões trabalhistas, além de considerarem aspectos como a reciclagem e respeito à diversidade cultural na contratação das pessoas. Sobre as práticas trabalhistas, estas englobariam a segurança do trabalho

maior e melhor participação das empresas privadas na solução das necessidades públicas, o que se vincula tanto à atuação dessas junto ao Estado quanto aos demais *stakeholders*. Na região amazônica, em especial nas empresas situadas na Zona Franca de Manaus, a RSE pode encontrar maior concretude por meio da participação em programas de preser-

e saúde ocupacional e o treinamento dos funcionários para torná-los mais aptos a desenvolverem suas atividades e, por fim, responsabilidade social, que entendida de forma estrita, se prende à promoção de programas que promovam o desenvolvimento social. O Instituto Ethos também apresenta indicadores de responsabilidade social a serem preenchidos pelas empresas. A Ferramenta Ethos é composta por um questionário com questões em um sistema de preenchimento online, que permite o autodiagnóstico, o planejamento e gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE/Sustentabilidade. Esses critérios se pautam em diretrizes formuladas pela instituição e se vinculam a ações divididas em grupos intitulados: 1 — valores, transparência e governança (nos quais se inserem as autoregulações de condutas, entendidas como os compromissos éticos, o enraizamento na cultura organizacional, a governança corporativa e as relações transparentes com a sociedade, sendo essas aferidas pela relação com a concorrência, diálogo e engajamento dos *stakeholders* e o balanço social); 2 — público interno, onde são aferidos, por exemplo, a valorização da diversidade e as relações com trabalhadores terceirizados, além de preparações para aposentadoria; 3 — meio ambiente, onde se inserem as variáveis de compromisso com a melhoria da qualidade ambiental e a educação e conscientização ambiental; 4 — fornecedores, onde se avalia toda a cadeia produtiva; 5 — consumidores e clientes, onde se mensura a dimensão social do consumo; 6 — comunidade, onde se avalia a atuação da empresa no entorno onde ela está instalada e 7 — governo e sociedade, onde se avalia, por exemplo, a participação em projetos sociais governamentais. Há, ainda, outros indicadores de atuação das empresas, como o Sistema Integrado de Gestão (SIG) que afere a responsabilidade por meio das certificações conferidas por instituições com a International Organization for Standardization (ISO) ou o Global Reporting Initiative (GRI), além da Norma ABNT NBR ISO 2600, da Norma SA 8000, e do Pacto Global, das Nações Unidas (INSTITUTO ETHOS, 2012c).

vação e conservação¹⁵ de áreas protegidas¹⁶ e de programas como o Zona Franca Verde¹⁷. Sob um prisma eficientista uma melhor regulamentação para as ações de responsabilidade social das empresas, direcionando-as à manutenção do bioma da região, poderia fazer com que tais ações fossem ampliadas e tivessem seu espectro de efeitos propagado.

Em verdade, a proposta passa por uma modificação quanto ao aspecto volitivo dessas ações que, de responsabilidade, passariam ao âmbito da função social¹⁸. Em distinção a uma

¹⁵ Os conceitos de conservação e preservação, nas palavras de SIRVINSKAS (2011, p. 5) são bem explicitados na afirmação que se segue:

“(...) a Constituição Federal fala em preservação do meio ambiente (art. 225, §1.º, VI) enquanto a legislação infraconstitucional fala em conservação (art. 1.º, da Lei n. 9.795/99). Etimologicamente, preservar e conservar tem o mesmo sentido. No entanto, para o nosso campo de estudo, conservar é permitir a exploração econômica dos recursos naturais de maneira racional e sem causar desperdício. Preservar, por seu turno, é a proibição da exploração econômica dos recursos naturais”.

¹⁶ O Estado do Amazonas apresenta 18.786.012,35 hectares do seu território protegidos por unidades de conservação. 3.473.987,46 hectares são unidades de conservação de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei, e 15.312.024,89 hectares de unidades de conservação de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (FUNBIO, 2014).

¹⁷ Programa estatal que será objeto do próximo tópico.

¹⁸ “Neste caso, mais do que responsabilidade, pensa-se em *responsabilização* ou *accountability*. A primeira categoria passa a impressão de uma ação espontânea das próprias empresas, enquanto a segunda traz implícita a ideia de condução do processo, que pode ocorrer no sentido da autorregulação pelo mercado (empresas de certificação de qualidade) ou *heterorregulação* (por organismos do Estado ou da sociedade civil)” (FEITOSA, 2009, p. 48-49 — grifos nossos). A despeito dessa posição, a análise

obrigação legal, a responsabilidade social parte de uma ação volitiva das empresas; seu significado é, portanto, distinto de uma responsabilidade legal ¹⁹. No Brasil, não há um marco normativo para a responsabilidade social das corporações, ao passo que a função social encontra-se presente na legislação constitucional e infraconstitucional ²⁰. Ocorre que a legislação nacional timidamente trata da função social da empresa, mas apresenta várias disposições quanto à função social da propriedade: sendo a analogia nossa primeira fonte de integração ²¹ e entendendo a empresa enquanto propriedade

econômica do Direito, amparada em Milton FRIEDMAN (1970), entende que a maximização dos lucros da empresa já simbolizaria, *per se*, o cumprimento de sua função social.

¹⁹ A responsabilidade ou responsabilização legal advém do nascimento de uma obrigação legal (*stricto sensu*) ou contratual, que impõe um agir em consonância com o pactuado nos termos do contrato, ou de acordo com a lei local. Em caso de descumprimento dessa obrigação, surge a responsabilização legal, que traz consigo a sanção por tal descumprimento.

²⁰ A positivação da função social da propriedade tanto no corpo constitucional quanto na legislação infraconstitucional: na Constituição encontra-se expressa pelos Arts. 5.º, XXIII e 170, III, ou seja, está presente tanto no exercício dos Direitos Subjetivos como enquanto princípio da Ordem Econômica e Social; dentro da Ordem Econômica encontra-se, ainda, no art. 173, § 1.º, I — relativo à função social das empresas públicas e sociedades de economia mista, 182, § 2.º — tratando da função social da propriedade urbana, art. 184, *caput*; art. 185, parágrafo único e art. 186 — cuidando esses três últimos da função social da propriedade rural. O termo, também, está previsto no Código Civil, art. 421, e no Direito Empresarial, como no art. 116, parágrafo único da lei 6404/76 — Lei das Sociedades Anônimas — e art. 47 da lei 11.101/2005 — Lei de Recuperação e Falências. Embora exhaustivamente repetido na codificação nacional, o termo carece de definição precisa e ainda mais de efetividade (STEPHAN, 2013).

²¹ Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto Lei 4.657/1942, art. 4.º

dinâmica (apta à geração de riquezas — conforme Isabel Vaz, 2003) uma proposta para a formulação de um conceito sobre a função social das sociedades empresárias é a sua equiparação às funções previstas para outras propriedades dinâmicas, como a propriedade rural, para a qual se tem enunciado que

“a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I — aproveitamento racional e adequado; II — utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III — observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV — exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (Art. 186, CRFB/1988).

A preservação de áreas naturais é uma responsabilidade de todos ²², porém gera especial interesse para empresas, uma vez que estas, invariavelmente, se utilizam dos recursos naturais para a sua produção. A percepção da esgotabilidade dos recursos naturais torna necessária a conexão entre os interesses econômicos e a exploração adequada do meio ambiente, com vistas a uma racionalidade no seu uso, objetivando o dito desenvolvimento sustentável ²³. Assim, a potencialidade socio-

²² “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225 da CRFB — Brasil, 1988).

²³ O “desenvolvimento sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987) ou numa outra leitura,

“desglamorizado e desmitificado (...) é um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade

ambiental agregada da região amazônica exige uma ponderação quanto ao papel das sociedades empresárias que recebem incentivos tributários para se instalarem nessa área.

Uma possibilidade seria o desenvolvimento de um mecanismo econômico e legal, em que a atração de empresas não fosse direcionada apenas para o aspecto social, mas também estimulada e direcionada ao viés ambiental, tão caro à região. Esse aspecto, aliado ao fato de que essas empresas social e ambientalmente responsáveis tem maiores ativos em bolsas de valores gerariam maior interesse no investimento na região ²⁴.

capitalista, ora naturalizada como paradigma da sociedade moderna: nova contabilização de processos produtivos, incorporando externalidades; políticas de financiamento mais brandas; novos indicadores de desenvolvimento, que incorporem o bem-estar humano e proteção ambiental; reciclagem industrial; controle de emissões; parcimônia no manejo de recursos naturais; estímulo à produção de conhecimento ambiental e a programas de monitoramento; controle demográfico etc. (...)” (GOLDENBERG, 1992, p. 142).

Segundo Ricardo ABRAMOVAY (2013, p.130) “um dos mais importantes fenômenos históricos do capitalismo contemporâneo é a exposição crescente dos negócios privados a formas variadas de julgamento público que vão bem além do mercado (mas que, muitas vezes, acabam também se exprimindo nos preços dos produtos, dos ativos, e no valor das próprias marcas das empresas”. O conceito vem sendo apropriado por inúmeros atores econômicos, inclusive empresas, para justificarem práticas muito distintas, e nem sempre próximas de uma realidade que se pretende sustentada.

²⁴ Como exemplos temos o ISE, ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA, em que o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, é considerado. O objetivo do índice é ampliar

“o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade,

Inúmeras reflexões sobre o tema vêm sendo desenvolvidas, dentre elas o estabelecimento de parcerias para a ampliação da atuação “qualificada” dos atores locais, que, composta com outras políticas públicas, direcionam para novas releituras do território.

3. Novas propostas de mecanismos de sustentabilidade para a região amazônica

No cenário de variados mecanismos de sustentabilidade, com vistas à promoção da equidade social, surge o instituto Zona Franca Verde (ZFV), que possui duas iniciativas no Brasil: uma no Estado do Amazonas e outra no Estado do Amapá, ambos pertencentes à Amazônia Ocidental. As duas ZFV são diferentes e se baseiam em concepções econômicas alternativas para o território que abrangem, com a criação de mecanismos para o combate das desigualdades sociais e econômicas no território amazônico, um dos biomas mais ameaçados e com maior necessidade de proteção no país. A estratégia, ainda tímida, apresenta-se como mais uma ferramenta para estimular a adoção de práticas conservacionistas, bem como de mecanismos de mitigação de impactos que, se gerenciados com um viés ambiental, podem transpor apenas o marketing verde e se transformar em ações de desenvolvimento da região, por meio do estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado.

A proposta do Governo do Estado do Amazonas se configura num programa, iniciado no ano de 2003 e capitaneado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sus-

transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas” (BM&FBOVESPA, 2014).

tentável do Amazonas (SDS). Nesse período, foi iniciada a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade no estado, com especial ênfase para a conservação ambiental, combate à pobreza e às mudanças climáticas. Esta política, apesar de denominada Zona Franca Verde, pouca relação tem com o conceito usual de Zona Franca. Entretanto, o nome apela à compreensão da população em geral para a questão da sustentabilidade social e ambiental ²⁵.

A proposta envolve a promoção do desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas — por meio do apoio de empresas — voltado às populações tradicionais e indígenas, assim como aos municípios do interior, através do incentivo a boas práticas nos sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária, aliadas a critérios sociais justos e viáveis economicamente de proteção ambiental e à gestão apropriada de unidades de conservação e terras indígenas.

VIANA (2009, p. 27) explica que as prioridades do programa incluem ações emergenciais de melhoria da saúde e educação, estímulo à segurança alimentar, ao manejo sustentável de recursos florestais e pesqueiros e à proteção ambiental. O ZFV do Amazonas possui como estratégia um enfoque na cadeia produtiva, direcionada a resolver problemas que são identificados de forma participativa pelos atores sociais e agentes econômicos envolvidos na região. Os desafios, por sua vez, são diversos: regularização fundiária, crédito, assistência técnica, tecnologias de produção e gestão apropriadas,

²⁵ “A justificativa está relacionada ao uso da expressão no Estado do Amazonas, onde ‘Zona Franca’ é sinônimo de emprego e renda, e o ‘verde’ remete à floresta. Com base nesses significados foi criado o programa ‘Zona Franca Verde’ — ZFV”, voltado para a geração de emprego e renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais da floresta, rios e lagos, assim como com o objetivo de valorizar a floresta em pé por meio da conservação ambiental” (VIANA, 2009, p. 25).

infraestrutura de transporte, energia e comunicação, dentre outros. O objetivo é desacelerar e, se possível, reverter o êxodo rural que se deu do interior para Manaus ²⁶.

Para compor esse programa, parcerias foram sendo consolidadas ²⁷ criando um ambiente de negócios favorável para o incremento das cadeias produtivas. Entre os instrumentos, cita-se, a título de exemplo, o crédito ao pequeno empreendedor, que é fornecido por meio do Cartão Zona Franca Verde — ligado à Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM); a assistência técnica eficiente, fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Agroflorestal Sustentável (IDAM); e o uso do poder de compra do Estado para carteiras escolares e alimentos para merenda escolar, pela Secretaria

²⁶ Segundo informações colhidas no site da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) do Estado, o

“Governo do Amazonas criou o Programa Zona Franca Verde e apostou nele para ressurgir as cadeias produtivas, até então, em decadência no interior do estado. A partir daí, o setor primário vem galgando patamares expressivos com reflexos diretos na qualidade de vida da população rural, atendida com emprego e renda gerados pelos incentivos do programa”.

O resultado foi o aumento da produção com repercussões diretas na viabilidade comercial dos produtos de origem florestal, mineral, pesqueira e agropecuária: “a demanda gerada, aliada à qualidade da produção, originaram os programas de Regionalização da Merenda Escolar (Preme) e de Móveis Escolares (Promove) fornecidos para as escolas da rede estadual e municipal de ensino e estão ampliando as parcerias de comercialização” (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2013).

²⁷ Dentre os parceiros podemos citar a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (AFLORAM), a Agência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), a Secretaria de Produção Rural (SEPROR), o Instituto de Desenvolvimento Agroflorestal Sustentável (IDAM) e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

de Educação (SEDUC). Os instrumentos de ordenamento ambiental vêm sendo implementados com apoio de parcerias internacionais, numa ação coordenada pela SDS ²⁸. Já o programa Bolsa Floresta ²⁹ passou a ser coordenado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), uma organização não governamental, que viabiliza o projeto localmente.

Por sua vez, a iniciativa existente no Estado do Amapá visa a criação de uma nova Área de Livre Comércio. Há, no estado, um lobby para a constituição de uma nova Zona Franca, com características que beneficiem aqueles que fazem um uso adequado dos recursos naturais. Em outras palavras, seria um modelo que beneficiasse a proteção ambiental e as boas práticas econômicas na região. Em 8 de janeiro de 2009, a Lei Federal n.º 11.898 instituiu o Regime de Tributação

²⁸ Programas como estes vêm ganhando espaço na Amazônia e em outras regiões do país, como, por exemplo, o Programa Nacional de Ações Público-Privadas para Biodiversidade — Probio II. Este programa visa a transversalidade da biodiversidade nas estratégias das políticas públicas e privadas, elegendo territórios em paisagens produtivas e agregando valor às cadeias produtivas.

²⁹ “O Programa Bolsa Floresta (PBF) é o primeiro projeto do Brasil certificado internacionalmente para apoio e fomento as populações tradicionais para a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, valorizando o homem e a floresta em pé. O Programa realiza o assessoramento as comunidades, cidadãos e famílias atendidas, promovendo o enfrentamento da vulnerabilidade social e a conservação do meio ambiente, por meio de ações pautadas no desenvolvimento sustentável; no fortalecimento da participação, autonomia e protagonismo de grupos populares e de usuários; na identificação das potencialidades, mobilização e organização de grupos e lideranças locais; no fomento e apoio a projetos de inclusão cidadã, com base nas vulnerabilidades e riscos identificados no diagnóstico socioterritorial, que visem o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento social e econômico; na potencialização do desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária” (FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, 2014).

Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, e alterou as Leis n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Essa lei trouxe uma importante alteração para as Áreas de Livre Comércio, passando a permitir a isenção de IPI sobre produtos industrializados destinados ao consumo interno. Os representantes do Estado do Amapá, atentos a essa perspectiva, criaram a Zona Franca Verde, proposta para os municípios de Macapá e Santana. A iniciativa previa um conjunto de incentivos fiscais, locacionais e financeiros para o beneficiamento industrial dos recursos e matérias-primas regionais de origem florestal, pesqueira, agropecuária e mineral. Em contrapartida ao incentivo federal, o Estado instituiu uma redução da base de cálculo de até 90% nas aquisições de matérias primas para produtos industrializados no Amapá, e redução da carga tributária a 7% nas saídas internas de produtos industrializados no Amapá (Decretos Estaduais n.º 2.506/98 e 1.098/04). Além disso, como incentivo locacional, apresentou uma proposta de concessão de lotes no Distrito Industrial a preços subsidiados (AMAPÁ, 2004).

Os dois modelos de Zona Franca Verde, distintos entre si, apresentam propostas sobre as formas de exploração econômica e de repartição dos benefícios, agregando diferentes perspectivas para o desenvolvimento da região amazônica. O fomento a esses programas feito pela articulação com as ações de responsabilidade socioambiental das empresas poderia configurar-se como uma estratégia eficiente. Assim, os projetos pautados na responsabilidade social empresarial poderiam servir como estímulo a esses programas, por meio, por exemplo, do incremento ao “envolvimento” sustentável ³⁰

³⁰ Desenvolvimento sustentável é, pois, o paradigma atual. Entretanto, outras formas de se pensar um melhor relacionamento com o meio

das populações locais, através da educação ambiental não formal.

Além disso, há outras propostas de utilização mais efetiva de instrumentos tributários, pela justificativa que se segue:

“a disciplina jurídico-tributária, impositiva ou desonerativa, além de se coadunar com os objetivos e fundamentos da República Federativa do Brasil, também deve ser conformada pelos princípios constitucionais gerais e específicos, sejam eles expressos ou implícitos (...) a sustentabilidade ambiental na produção de bens e serviços, apesar de não constar expressamente na Constituição Tributária e Orçamentária (...) consubstancia atual parâmetro necessário à concessão de benefícios fiscais, de acordo com uma interpretação sistemática e teleológica da República Federativa do Brasil de 1988, a despeito de os formuladores da Política Tributária Nacional não observarem esse vetor axiológico implícito, verdadeiro imperativo sistêmico. De fato, por ser requisito de eficácia progressiva no tempo, o avanço da denominada ‘tecnologia verde’ que visa, em especial, a adoção de um modelo econômico de baixa emissão de dióxido de carbono e que auxilie na preservação dos recursos naturais, a sustentabilidade deve passar à condição de parâmetro à concessão de favores fiscais para o status de requisito indispensável num futuro próximo ³¹” (COSTA, 2012. p. 179).

ambiente vêm sendo propostas e pensadas, inclusive no sentido de desconstruir — ou reconstruir — a noção de desenvolvimento. Assim, surge uma nova proposta — alguns dirão epistemológica, outros, apenas semântica — que é a do *envolvimento sustentável*. Desenvolver significa, entre outras conotações possíveis, desentranhar, desenredar. Envolvimento sustentável seria uma proposta, a partida, em um caminho distinto, do enraizamento; envolvimento seria aquilo que abarca, circunscreve, contém, enlaça (STEPHAN, CASELLA, 2014, pp. 441-441).

³¹ Assim sendo,

“a política tributária, tanto a de cunho meramente fiscal arrecadatória, como aquela de caráter extrafiscal, que visa precipuamente,

Por esse paradigma, a possibilidade de transformação dos créditos tributários em incentivos para a sustentabilidade das unidades de conservação seria possível por meio de leis estaduais, em especial vinculadas ao ICMS. Dentro da Zona Franca é possível estabelecer o retorno ao Estado de um percentual das isenções recebidas pelas empresas, em conformidade com o modelo já adotado pela Universidade Estadual do Amazonas.

Outra analogia possível seria com o instituto da compensação ambiental, instrumento econômico associado à responsabilidade compartilhada entre o setor privado e o setor público, previsto no art. 36 ³² da Lei 9.985/2000, que institui

induzir o comportamento das pessoas, incentivar ou desestimular determinada atividade (econômica ou não) — inclusive por meio da adoção de incentivos e benefícios fiscais — tem reflexo tanto na Ordem Econômica quanto na esfera social e se realiza sob a constante imbricação com os direitos humanos fundamentais e a permanente conexão com os demais princípios constitucionais” (COSTA, 2012, p. 178).

³² A mencionada lei prevê em seu artigo 36 que

“Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório — EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei (...). § 1.º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento. § 2.º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor,

o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”. A compensação ambiental é uma obrigação legal vinculada ao licenciamento de empreendimentos com grande potencial poluidor, que direciona recursos para a implantação e manutenção de unidades de conservação. Assim, como no caso da compensação ambiental, as empresas que se instalassem na região da Zona Franca poderiam ter suas ações de responsabilidade social vinculadas à manutenção das unidades de conservação compreendidas na região. Agregado a isso, os créditos deduzidos, arrecadados pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), poderiam ser destinados à preservação das áreas naturais, o que poderia se materializar de diversas formas, tais como: maior fiscalização, programas de educação ambiental para as populações que se utilizam das unidades de conservação de uso sustentável, estímulo a programas como o Zona Franca Verde e a criação de mecanismos de sustentabilidade financeira para que essas áreas — seja por meio do incentivo a cadeias produtivas menos agressivas ou pelo apoio à estruturação de implantações físicas — permitam uma maior “apropriação” do território pelo Poder Público e a sua consequente proteção.

A conexão entre instrumentos econômicos, legais e sociais permite ampliar a integração dos modelos de desenvolvimento com a responsabilidade e/ou função social de empresas. As

podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação. § 3.º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo”,

conforme a Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

atividades desenvolvidas na região da Zona Franca de Manaus, bem como no bioma amazônico impactam diretamente as condições climáticas existentes no Brasil como um todo ³³, aspecto que deve ser considerado e aliado ao princípio de solidariedade intergeracional ³⁴.

Considerações Finais

Quando a exploração dos recursos naturais é determinada por imperativos apenas econômicos, limites ambientais e sociais se evidenciam, impulsionando uma mudança de paradigmas nos conceitos tradicionais de organização do território. As empresas, tal como a concebemos hoje, possuem uma força socioeconômica com enorme potencialidade para influenciar políticas públicas e transformar o território onde atuam.

Esse conjunto de elementos ganha especial destaque ao tratarmos da Zona Franca de Manaus, que se configura numa estratégia pública de incentivos financeiros vinculados a uma

³³ Um projeto que demonstra essa afirmação é o “Rios Voadores”, que tem financiamento da Petrobrás — empresa estatal que explora toda a cadeia produtiva do petróleo, gás natural, e atua ainda na produção de biocombustíveis e outras energias alternativas (PETROBRÁS, 2014).

³⁴ “Em razão da amplitude espacial e temporal das ações humanas torna-se difícil para o homem sentir-se emocionalmente atingido pela consequência das suas ações, o que revela a ausência de um controle instintivo da ação humana e a insuficiência do paradigma da reciprocidade para tutelar os interesses das futuras gerações. (...) O princípio ético da responsabilidade resgata a noção de solidariedade no lugar da ideia de reciprocidade, compatível, em princípio, apenas entre indivíduos contemporâneos” (KLEVENHUSEN, 2014, pp. 182-183). No mesmo sentido, Ignacy SACHS (2004, p. 15) argumenta que a sustentabilidade apresenta-se como um duplo imperativo ético: a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

região, com o objetivo, dentre outros, de evitar a ampliação do desflorestamento. A manutenção dos recursos ambientais da Amazônia brasileira tem importância significativa não apenas para o Brasil, mas para outros países da América Latina, cujo relativo equilíbrio ecológico advém da proteção dessas áreas. Além de ser uma das maiores florestas tropicais do mundo, o que justifica também o empenho em sua preservação.

Nesse contexto, a responsabilidade social das empresas vem sendo discutida e debates têm sido aprofundados sobre uma melhor condução das suas ações: uma das propostas seria a sua conversão em função social visando a um melhor direcionamento das mesmas. A manutenção de áreas protegidas exige um custo financeiro muito alto que pode ser mantido por meio de parcerias público-privadas. Dentre os modelos atuais existentes, temos a Zona Franca Verde, que possui potencial, embora ainda incipiente, de incentivo a uma relação mutualística entre o Estado e a iniciativa privada. Assim, as empresas podem ser pensadas como instituições que gerem valores e se envolvam com a comunidade local e seu entorno.

Outra possibilidade de um melhor aproveitamento das empresas (e dos benefícios que recebem, a título de isenções fiscais, especialmente) seria a criação de instrumentos econômicos que redirecionassem os créditos tributários à proteção das unidades de conservação. Nesse sentido, também poderiam ser identificadas e incentivadas cadeias produtivas, visando modelos sustentáveis e atrativos comercialmente.

As propostas por melhor condução do modelo de exploração dos recursos naturais, bem como a busca por mecanismos econômicos alternativos para conexão dos interesses público e privados, são essenciais para a denominada sustentabilidade, e a celebração de acordos e promulgação de leis nesse sentido é uma das prerrogativas do Estado Brasileiro, que deve fazer reverberar tais escolhas em suas políticas públicas.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito Além da Economia Verde*. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Programa Zona Franca Verde*. Disponível em: < <http://www.ads.am.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- ALMEIDA, Neuler André Soares de; ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; e RODRIGUES, Francisco Mendes. *A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amapá*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 106 — 120, jan./abr. 2009.
- AMAPÁ. Decreto n.º 2.506, de 18 agosto de 1998. Concede redução na base de cálculo do ICMS nas saídas internas dos produtos produzidos por indústrias instaladas no Estado do Amapá. Macapá, *Diário Oficial do Estado do Amapá*, 19 ago 1998. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-2506-1998-ap_118040.html>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- . Decreto n.º 1.098, de 04 de maio de 2004. Altera o Decreto n.º 2506 de 18 de agosto de 1998, que concede redução na base de cálculo do ICMS nas saídas internas dos produtos produzidos por indústrias instaladas no Estado do Amapá. Macapá, *Diário Oficial do Estado do Amapá*, 04 mai 2004. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-1098-2004-ap_118227.html>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- AVELÃS NUNES, Antônio José. *Uma Introdução à Economia Política*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.
- ARAÚJO, Kely Silva de; BASTOS, Vivian Macedo. *Programa Zona Franca Verde e a Ação de Regularização Fundiária*. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_kely_silva_de_araujo_e_vivian_bastos.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; SOUSA, Miriam Pinheiro Adriana Alvarenga de; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. *Sustentabilidade Empresarial: Conceito e Indicadores*. In. III CONVIBRA — Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de introdução às normas do Direito brasileiro. Brasília, *Diário Oficial da União*, de 9 Set.1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm>. Acesso em: 08 Mar. 2014.

- BRASIL. Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 12 jun. 1957. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/download/legislacao/federal/legi_1_3173.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.
- Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, *Diário Oficial da União*, 28 fev. 1967, retificado em 10.3.1967. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos-leis/DecLei28867.htm>>. Acesso em: 09 set. 2013.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 set. 2013.
- Decreto n.º 92.560, de 16 de abril de 1986. Prorroga nos termos do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, o prazo de vigência das isenções tributárias nele previstas, e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 17 abr. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92560.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- Decreto n.º 1.489, de 15 de maio de 1995. Fixa, para o período de 1.º de maio de 1995 a 30 de abril de 1996, o limite global das importações beneficiadas com os incentivos de que tratam os Decretos-Leis n.ºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968, bem assim aos aplicáveis às áreas de Livre Comércio. Brasília, *Diário Oficial da União*, 16 maio 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1489.htm>. Acesso em: 13 set 2013.
- Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 19 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 13 set 2013.
- Lei n.º 10.996, de 15 de dezembro de 2004. Altera a legislação tributária federal e as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Brasília, *Diário Oficial da União*, 16 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2004/lei10996.htm>>. Acesso em: 09 set. 2014.

- BRASIL. Lei n.º 11.508, de 20 de julho de 2007. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2007/lei11508.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- COASE, Ronald. *The Nature of the Firm*. 1937. Disponível em: <<http://www3.nccu.edu.tw/~jsfeng/CPEC11.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2010.
- COMISSÃO BRUNDTLAND. *O Nosso Futuro Comum*. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1987. Disponível em: <<http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- CORTINA, Adela. As três idades da ética empresarial. In: CORTINA, Adela (Org.). *Construir Confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações*. São Paulo: Loyola, 2003.
- COSTA, Leonardo. A sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços como requisito progressivo à concessão de incentivos e benefícios fiscais no Brasil. In: FLORES, Nilton Cesar (organizador). *A Sustentabilidade Ambiental em suas Múltiplas Faces*. São Paulo: Editora Millennium, 2012.
- COSTA, Maria Alice Nunes da. *Teias e Tramas das responsabilidades Sociais: o investimento social empresarial na saúde*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer. *Desenvolvimento Econômico e Direitos Humanos*. In: *Boletim de Ciências Econômicas*. vol. LII, 2009. P.33-53.
- FRANCO, Vera Helena de Mello. *Lições de Direito Comercial*. 2.ª ed. São Paulo: Maltese, 1995.
- FRIEDMAN, Milton. *The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*. *New York Times Magazine*. 13 de setembro de 1970. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>>. Acesso em: 02 jun. 2012.
- FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. *Programa Bolsa Floresta*. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/pbf/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO). *Instrumentos Econômicos para Redução do Desmatamento da Amazônia*. Lou Muden (Org.). Rio de Janeiro: Funbio, 2013..
- . *Estudo do ambiente financeiro das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas: Oferta atual recursos, lacuna financeira e potencial de financiamento*. Rio de Janeiro: Funbio, 2014.

- GAMA, Filipe Nogueira da; FRISCHEISEN; Jorge Luiz. *Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária — 2011* (Gastos Tributários). Receita Federal. Subsecretaria de Tributação e Contencioso. Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/EstudoTributario/BensTributarios/2011/DGT2011.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2012.
- GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. *A responsabilidade e o social — Uma discussão sobre o papel das empresas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Programa Zona Franca Verde: Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul do Estado do Amazonas*. 2003. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/8853.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2013.
- . *O Regulamento dos Incentivos Fiscais Estaduais da Zona Franca de Manaus*. 2014. Disponível em: <<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/Apostila%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Fiscal.pdf>>. Consulta em: 11 jul. 2014.
- GRAU, Eros Roberto. *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- GOLDENBERG, Mirian (coord.). *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional e o futuro da democracia*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Mapas*. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/amazonia-legal>>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- INSTITUTO ETHOS. *O que é RSE*. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- . *Indicadores Ethos*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/VersaoIntermediariaparaAplicacao_Piloto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012b.
- . *Iniciativas*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.UKUWjofAeUI>>. Acesso em: 10 jun. 2012c.
- KLEVENHUSEN, Renata Braga. Meio Ambiente, Sociedade Tecnocientífica Global e Responsabilidade Intergeracional. In: DE CARLI, Ana Alice; MARTINS, Saadia Borba (Org.). *Educação Ambiental: premissa inafastável ao desenvolvimento econômico sustentável*. Lumen Juris, 2014.

- MANAUS. *Legislação Fiscal: Regulamento dos Incentivos Fiscais Estaduais da Zona Franca de Manaus*. Coord. Ernesto dos Santos Chaves da Rocha. Governo do Estado do Amazonas, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Zona Franca de Manaus: construção do modelo e perspectivas de futuro*. Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1274359896.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Mercado Comum do Sul. Decisões do Conselho do Mercado Comum*. 2014. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec3100p.asp>>. Consulta em: 12 ago. 2014.
- OLIVEIRA, Jofre Luis da Costa. *Zona Franca de Manaus: um estudo sobre a renúncia dos entes federativos e os benefícios socioeconômicos gerados*. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- PETROBRÁS. *Meio Ambiente e Sociedade*. Disponível em: <<http://www.petrobras.com/pt/meio-ambiente-e-sociedade/>>. Acesso em 12 ago. 2014.
- RAYES. *Isonções, imunidades, anistia e renúncias tributárias*. 2014. Disponível em: <<http://www.rayesadv.com.br/pt/artigos/80>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Sustentável, Incluyente, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Sociedade Civil Global*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/013.php>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à Constituição*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. 9.ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- STEPHAN, Clarisse. Entre a função e a responsabilidade social breves apontamentos sobre o (dever) atuar das empresas. In: CÁRCAMO PEREZ, José Salvador; HARDUIM, Ricardo (Org.). *Sustentabilidad y Desarrollo*. 1ed. Buenos Aires: Universidade Nacional de Moreno, 2013, v. 1, p. 141-156.
- CASELLA, Ássima. Envolvimento e Participação Social: o caminho do desenvolvimento sustentável a partir da educação ambiental. In: DE CARLI, Ana Alice; MARTINS, Saadia Borba (Org.). *Educação Ambiental: premissa inafastável ao desenvolvimento econômico sustentável*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

- SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA). *Modelo Zona Franca*. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_principal.cfm>. Consulta em: 08 jul. 2014.
- / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC). *Zona Franca de Manaus: Oportunidades de Negócios e Investimentos na Amazônia*. 2008. Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/public/arquivo/arq1272655180.pdf>>. Consulta em: 02 jul. 2014.
- VAZ, Isabel. *Direito econômico das propriedades*. Rio de Janeiro. Forense. 1993
- VIANA, Virgílio M. Zona Franca Verde, Bolsa Floresta e Envolvimento Sustentável no Amazonas: Novos paradigmas para o futuro da Amazônia. In: OLIVEIRA, Cícero Amâncio de; e PINTO, Jemina Gonlaves (org.). *Amazônia: responsabilidade de todos!* Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, págs. 23 a 40.

Resumo: A proteção à biodiversidade da Amazônia, plenamente justificável devido à sua grande importância ecossistêmica, apresenta, entretanto, custos administrativos e financeiros extremamente altos, e não possui, ainda, recursos necessários ao seu manejo sustentável. A proposta do presente trabalho é refletir sobre estratégias que venham a incrementar a função ambiental protetiva, em especial no território de influência da Zona Franca de Manaus. Entendendo que se trata de um processo lento e contínuo de construção de mecanismos públicos e privados, e sendo as empresas os principais agentes transformadores locais, serão apresentadas algumas alternativas, já em curso ou de índole meramente propositivas, para se pensar sobre a sustentabilidade multidimensional da região, com vistas àquilo que se convencionou chamar desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: zona franca de Manaus; meio ambiente; responsabilidade social de empresas.

The Manaus free trade zone and the proposals for new, mutual interest strategies between enterprises and the environment

Abstract: The importance of protecting biodiversity in the Amazon is due to the great richness of its ecosystem. However, this measure entails extremely high administrative and financial costs and has not yet gathered the necessary resources to its sustainable management. The purpose of this article is to discuss strategies that could increase environmental protection, especially when it comes to the Free Trade Zone of Manaus. Taking into account that the construction of mechanisms for this purpose

is a slow and continuous process, and considering that companies are the main local transformative agents, this article will present alternatives (already in progress or merely propositional) in order to discuss the multidimensional sustainability of the region, aiming at what is now known as sustainable development.

Keywords: the Manaus free trade zone; environment; corporate social responsibility.

Clarisse Stephan Jorge

Universidade Federal Fluminense — Brasil

Andréia de Mello Martins

Unilasalle — Brasil